

Reflexões sobre a relação Educação Ambiental e Sustentabilidade à luz da Modernidade

Ricardo Vargas Felin¹; Joana D'Arc Portella Quevedo²;
Pedro Senna de Andrade da Rosa³; Rafael Ferraz D'Avila⁴.

Introdução

O texto que segue consiste na tentativa de estabelecer uma reflexão que envolva o significado dialético entre a educação ambiental e a sustentabilidade dentro do paradigma de desenvolvimento a qual se assenta a modernidade.

Procurar-se-á buscar entendimento da relação que se estabelece entre educação ambiental e sustentabilidade enquanto fazeres e não saberes, meios e não um fim, portanto enquanto ferramentas da busca moderna pela perpetuação do seu modelo de reprodução econômico, porém agora legitimado pelas prerrogativas do que é melhor para a natureza e a sociedade que o modelo próprio engendra. Por outro lado, espera-se que seja possível refletir a educação ambiental e a sustentabilidade sobre contextos mais amplos, enquanto objetos complementares na construção de um novo paradigma ideológico, em contraposição ao paradigma a qual os conceitos de educação ambiental e sustentabilidade são derivados.

Em um primeiro momento procurou-se entender a modernidade enquanto concepção de pensamento do modo de produção dominante, a economia capitalista. Posteriormente, procurou-se refletir a crise ambiental como uma crise do modelo de desenvolvimento capitalista, portanto, uma crise da modernidade. Em desfecho, partiu-se na tentativa de entender a relação entre educação ambiental e sustentabilidade e a ambigüidade que se reveste em seus pressupostos no modelo de desenvolvimento da sociedade moderna.

As raízes do pressuposto

Ao tentar entender as raízes da modernidade esbarramos no sentido ambíguo que pode assumir o termo raiz. A raiz pode remeter idéia de origem, princípio que desencadeia, por outro lado, o termo pode ser entendido no sentido metafórico, enquanto sustentação, assim, a raiz de alguma coisa pode ser aquilo que lhe origina ou aquilo que a mantém sustentada. Desta forma, deve-se esclarecer que o sentido dado ao termo raiz, endereçado à modernidade, procurará englobar essas duas conotações. Superado o problema de linguagem, parte-se na busca de refletir as raízes da modernidade, entendendo a modernidade enquanto uma visão eurocentrista do mundo, a forma como os europeus contaram, sobretudo, a sua História no mundo capitalista por eles construído e a transformaram na estória geral da civilização. A concepção eurocentrista é marcada por diversas características que não podem ser compreendidas dissociadas do contexto histórico da sociedade que os engendrou.

Podemos conferir um elenco do que seria o marco referencial das raízes da modernidade no resgate de Maria Novo (2006), que adota a data de 1637, momento em que René Descartes publica o Discurso do Método. Porém, aponta ainda, que alguns historiadores situam seu começo no ano de 1436, momento de criação da imprensa por Gutenberg, outros em 1492 com o “descobrimento” da América, e outro grupo, em 1520 com a rebelião luterana; há quem prefira fixar 1648, final da guerra dos trinta anos ou incluir os anos de 1776

-
1. Autor. Bacharel em Turismo (Centro Universitário Franciscano - UNIFRA), Bacharel em Geografia (UFSM) Acadêmico do curso de Mestrado em Geografia, Programa de Pós Graduação em Geografia e Geociências (PPGGeo). Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil.
 2. Co-autor. Licenciada em Geografia (UFSM). Acadêmica de Mestrado em Geografia, (PPGGeo/UFSM).
 3. Co-autor. Acadêmico do curso de Graduação em Geografia, (CCNE/UFSM).
 4. Co-autor. Engenheiro Ambiental (UNIFRA), Mestre em Engenharia Civil (UFSM).

e 1789, “Revolução Americana” e Revolução Francesa, respectivamente. Nota-se que todos são marcos históricos de fatos que decorreram em transformações sociais na Europa, porém, é a partir de Descartes que há uma transformação nas formas de pensamento, que se converte em uma só, e o pensamento começa a ser moldado sob um único ponto de vista. A partir de então toda forma de pensamento e percepção é produtora de conhecimento enquanto amarrada à luz do pensamento universal, o que confere a Descartes como a principal raiz da modernidade, pois origina uma forma de pensamento que legitima sua própria sustentação.

Assim sendo, todas as raízes da modernidade estão na história, são por sinal, as mesmas raízes do capitalismo. Não somente engloba tudo aquilo que vem acontecendo na humanidade a partir do século XV, mas também na própria forma de se contar a História da civilização. Nos dias atuais e provavelmente nos últimos cinco séculos o comportamento humano, tanto em termos de idéias quanto no plano material, se encontra pautado em pressupostos da e na concepção de modernidade, o que faz da modernidade causa e consequência de processos de transformação das sociedades em geral, enquanto parte da estruturação capitalista no continente europeu e no resto do planeta. Essa visão eurocêntrica da vida e do mundo culmina com a evidência de que de fato existe um pensamento dominante que rege as sociedades e esse pensamento dominante é a Ideologia que urge das transformações que se processaram e que decorreram e que são decorrentes da estruturação desse modo de produção a partir do continente europeu.

A Europa, antes de ser Europa, estréia na História em dois figurinos, sob o nome de duas civilizações sucessivas, a Helenística e o Império Romano. Estas duas civilizações deixaram um enorme legado externo, do contato com o Oriente Médio, e interno, de uma dinâmica de relações que proporcionaram o conhecimento territorial a ser absorvido. Porém, o período que sucede essa Antiguidade é a Idade Média com o fechamento do continente, baseado no dogmatismo religioso que nada legou, a não ser quase um milênio de penitência e estagnação ao continente. É no bojo de estruturação pré-capitalista na Europa que emergem as raízes da modernidade, junto ao modelo de produção e organização socioeconômico advindo do esgotamento do modo de produção feudal, frente às necessidades absolutistas da nobreza.

Com os estímulos ao consumo de novos produtos e a produção convertendo-se em moeda de troca os Senhores Feudais buscaram aumentar suas rendas na produção para o mercado, transformando os servos em homens livres, porém presos ao arrendamento de terras. A partir da geração de excedentes agrícolas as atividades mercantis internas e com o Oriente se intensificaram. Esse período marca a transição da Idade Média à Idade Moderna, onde uma nova formatação europeia a partir do século XV estruturou o modo de produção Mercantilista (Pré-Capitalista), determinado pela elevação da concorrência comercial, com trabalhadores vendendo sua produção, e a descoberta e incorporação de terras e de novos mercados. Assim, surge o Renascimento europeu e a ascensão do sistema de valores Iluministas e a consequente expansão da sociedade europeia a partir do século XVI. Emerge neste período a classe burguesa, que acumula maior ganho mercantil, e impulsiona a expansão comercial e a busca de rotas para tal fim, consolidando até o século XVIII o Capitalismo Comercial, onde a produção era independente e o lucro maior se concentrava na comercialização e não na produção. A partir desse cenário, o que era conhecido pela distribuição de povos peculiares culturalmente, em palcos ambientais diversificados, é inventariado, homogeneizado, convertendo-se em acervos de domínios europeus. A nova fronteira imposta conserva distinções, fruto de um período exploratório nos séculos de consolidação da sociedade capitalista. A Europa chama para si uma posição histórica e geográfica privilegiada, e requisitos na possibilidade do uso dos recursos, o que permitiu a esta sociedade gozar dos recursos adquiridos da expansão marítima e a decorrente descoberta da configuração do planeta, partindo desde então, as posteriores configurações sociais no resto do globo.

O Colonialismo proporcionou ao continente hegemonia econômica, política e cultural, além de fontes e diversidade de matérias-primas, que culminaram com a Revolução Industrial, instalando-se uma nova fase do capitalismo. O Capitalismo Industrial se impôs seguindo o percurso da Revolução Industrial, imprimindo um novo conjunto de relações entre sociedade, natureza e produção. Essas mudanças, que partiram do continente europeu, são transformações nascidas no seio das sociedades industriais, que introduziram concepções filosóficas, científicas, políticas e trabalhistas no cenário internacional até os dias atuais. Os países caracterizados como desenvolvidos, que em sua maioria são nações européias, detêm um modo de produção cujos resultados determinam a presença de uma forte industrialização, calcada em matérias-primas localizadas em regiões periféricas e coloniais. Essas colônias, por sua vez, mesmo tendo adquirido status de nações, em seus períodos de independência e descolonização, a partir do século XVIII nas Américas, África e Ásia, mantiveram ligações econômicas e as mesmas funções que desempenhavam anteriormente, apresentando ainda hoje poucas transformações em suas estruturas econômicas, fundamentalmente agrícolas e, decorrente de tal quadro, comprometendo suas estruturas sociais.

A concentração dos meios de produção se operou pelo trabalho assalariado, onde as pessoas passam a vender sua força de trabalho, tornam-se os elementos da produção, separando-se de vez dos detentores dos meios de produção. Estes últimos, ao deterem acentuado poder de concentração da produção, da riqueza e da organização empresarial têm como objetivo o lucro que permite a acumulação, o requisito que completa a última fase do modo de produção capitalista - o Capitalismo Financeiro - cuja característica é o controle de grandes corporações financeiras e empresariais sobre a circulação e a reprodução do capital, como bem coloca Singer (2006:10):

O capitalismo é o modo de produção cujos princípios são os direitos a propriedade individual aplicado ao capital e o direito a liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital), ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade.

As disparidades sociais e econômicas foram agravadas, na medida em que foi reproduzida a separação do trabalho e dos meios de produção, porém, aplicados em escala global. No interior da divisão territorial do trabalho do modo de produção capitalista os países desenvolvidos, detentores dos meios de produção, acumulam vantagens na manutenção desta situação e os países periféricos, assim o são, devido às condições das relações econômicas herdadas da fase colonial. Forma-se assim, uma *ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal que anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar "quase natural."* (Freire, 1996:18).

A globalização aparece como algo inevitável e benéfico, séculos depois que a Europa conheceu o mundo e lhe impôs uma administração que transita entre o oculto e o escancarado em suas tentativas de se consolidar. A globalização é o resultado do mundo regido sobre os postulados da modernidade. É criado um cenário onde os dominados se sentem independentes conforme tenham acesso aos mercados e os padrões de vida dos dominantes, onde tudo se torna consumível tanto em termos de bens quanto de conhecimento. Os dominantes ditam os padrões de comportamento pela chamada colonização cultural, fruto da comunicação em massa, uma ferramenta capitalista na concretização de suas imposições. É mais um mecanismo da ideologia dominante se tornar globalizada.

A ideologia consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domine no plano material também domina no plano espiritual. (...) A ideologia é uma das formas da práxis social: aquela em

que, partindo da experiência imediata dos dados da vida social, constrói abstratamente um sistema de idéias ou representações sobre a realidade. (CHAUI, 1989:93)

Todo esse contexto se processou simultaneamente concretizando o modo de pensamento dominante, de dominação, o modernismo, que reveste tudo de dualidade e ambigüidade. É o princípio do paradigma mecanicista da razão cartesiana/newtoniana. O conhecimento passa a ser entendido como aquele que responde a certa lógica universal e atemporal que conduza abstrações e generalizações da realidade. A realidade, inclusive, é vista pautada numa dualidade que coloca Idealismo e Materialismo defronte. O pensamento é separado do mundo físico, a mente do corpo, o ser humano da natureza. Calcada no reducionismo da ciência, a fragmentação do conhecimento dá concepção ordenada e a necessidade de atribuir valores que tornem as coisas mensuráveis numa linearidade unidimensional do empirismo positivista. Acaba negando a pluralidade e tratando como incertezas o conjunto de saberes humanísticos. A constituição dos Estados e sua divisão política e de poderes, e as regras de constituições de direitos e deveres, evidenciam a sociedade enquanto uma luta ideológica. A Racionalidade econômica e o sentido de desenvolvimento, enquanto progresso e prosperidade, impõem uma conotação de recursos à natureza. O antropocentrismo decorrente desse quadro tem como resultado uma ideologia burguesa individualista e tecnocrática, e a ocidentalização do mundo pela legitimidade hierárquica em escalas. (Novo, 2006; Capra, 2004; 2006a; Leff 2001). *A divisão cartesiana entre o pensamento e o mundo físico será o princípio da uma dualidade na visão do mundo. (assinalando a importância da separação mente/corpo que sucedeu na modernidade)*. (Novo, 2006:7). Esse pensamento é o mesmo que tenta traduzir as diversidades numa única sociedade planetária. A noção de uma sociedade apenas é aquela que legitima a dominação de uma sociedade sobre outras. *A sociedade civil concebida como um indivíduo coletivo é uma das grandes idéias da ideologia burguesa para ocultar que a sociedade civil é a reprodução da divisão em classes e é luta das classes, isto significa que a sociedade não pode ser o sujeito da história*. (Chauí, 1989:76)

A noção de sociedade, tal qual nos é apresentada ou de certa forma imposta, está na própria acepção do termo fora do plural. A sociedade, enquanto resultado histórico dos processos civilizatórios, é a estruturação não de uma, mas de diversas sociedades, cada qual guarda suas particularidades se comparadas ao todo, porém esse todo não é um universo de pluralidade dentre as tais, pois varia de uma sociedade para a outra. A diversidade de sociedades é consequência de seu brotamento em contextos e ambientes únicos, que por sua vez decorreram em concepções de vida, organização social e, portanto, percepção do todo ímpares. Isso as torna incompreensíveis fora de seus próprios pensamentos, uma vez que se contextualizadas a partir do pensamento de outra sociedade, pertencerá à caracterização da sociedade que o fez, e acaba por não corresponder à sociedade estudada, mas o que esta representa para a sociedade que a estudou. A perspectiva de uma sociedade única ou global é aquela em que ao mesmo tempo em que isola e procura ofuscar as diversidades, às utiliza para colocá-las num mesmo certame, o dos ditos vencedores. Os vencedores somente o são dentro de sua realidade, imposta por suas verdades. A verdade dos vencedores é a que dita as relações sociais, calcada nas ideologias e que outrora fora calcado na religião, e nos últimos séculos no modelo de produção econômico. Tal qual sentencia Singer (2006:7) onde:

O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a tomá-lo como normal ou natural. O que significa que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos (...) a apologia da competição chama a atenção apenas para os vencedores, a sina dos perdedores fica na penumbra, (...) os ganhadores acumulam vantagens, e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras.

Abre-se assim um parêntese para uma lamúria modernista. Todo esse pesado conjunto de postulados acaba sendo refletido por um emaranhado de ambigüidades do ser humano enquanto objeto e espectador. *É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a idéia de modernismo e modernização. (...) Encontramo-nos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade.* (Berman, 2007:26). A tentativa de exposição de idéias sobre a modernidade é pautada na subjetividade do educando em não compreender, mas abstrair em determinados conjuntos de conhecimentos.

Assim, margeia-se o questionamento que antecede a discussão, do conflito existencial que muito se assemelha e porque não influenciado, ao de confusão entre dialética e paradigmas tradicionais da geografia, sobretudo, no que tange o exercício da cidadania. A dicotomia tradicional entre determinismo e possibilismo é também a angústia do educando enquanto ser atuante na sociedade. A necessidade de descrever e entender se dá por meio de abstração, porém ao tentar fazê-lo nos baseamos sempre na realidade que conhecemos, mesmo a realidade que não conhecemos, supomos conhecer como poderá ser alcançada, conforme dois séculos atrás bem diria William Blake: *a verdade jamais pode ser proferida de modo que seja compreendida e não acreditada.*

Desta forma, tudo que se tenta descrever e entender é parte de uma realidade abstraída, e a realidade não pode ser abstraída, pois ela não é abstrata, separável, ela só será realidade para quem a considera, o que nos depara com a contradição maior que recai em todas as falsas verdades que regem nossa sociedade, a que acaba por fazer que quando se pense a realidade, o faça por meio de abstrações, estas que por sua vez são percepções com recheio ideológico, uma verdade primária que nos é ocultada. *Quem observa o faz de um certo ponto de vista, o que não situa o observador em erro. O erro na verdade não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo de acerto de seu ponto de vista é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele.* (Freire, 1996:14) Obedecendo a essa reflexão, a modernidade é a forma de conceber a realidade - o ponto de vista - que o modelo de desenvolvimento capitalista gerou na manutenção de sua perpetuação.

Crise ambiental do desenvolvimento

A crise ambiental nada mais é que a crise que o modelo de produção capitalista, em seu conceito de desenvolvimento, propagou. Todo esse cenário capitalista de indiscriminada e negligente exploração ambiental, e socialmente desequilibrada e injusta dos recursos naturais, é o plano na qual é dada continuidade um modelo de desenvolvimento econômico excludente, que resulta em cenários como apontados por Lasch (*apud* Leis e Viola, 1990:150)

O desequilíbrio sócio ecológico contemporâneo se distribui de modo diferencial no planeta: a maioria da população dos países desenvolvidos é consumista e nos países periféricos ou em desenvolvimento a maioria é miserável. A “depleção” dos recursos naturais e a poluição da miséria cada vez mais tem se concentrado nos países periféricos (também chamados de pobres). Há uma degradação generalizada do sentido da vida, provocada pela concentração extrema da riqueza, deixando sem horizontes a maioria miserável. Nos países de centro da economia mundial concentra-se a “poluição da riqueza”: usinas nucleares, chuva ácida, acúmulo de lixo e doenças do excesso de alimentos e drogas. Há uma perda progressiva do sentido da vida na concepção unilateralmente materialista da vida humana.

Os problemas ambientais são na verdade problemas sociais. As desigualdades de acesso aos recursos, travestidas no poder aquisitivo das pessoas, a exploração monopolizada e os derramamentos de petróleo, a sua queima, tudo que envolve as indústrias desse processo, as contaminações das águas, o comprometimento da fertilidade dos solos, a poluição do ar, dos solos e do ar por combustíveis fósseis, os problemas da industrialização e da urbanização,

ALIER (2007), são elementos de uma crise ambiental de bases sociais, quanto à necessidade de esclarecimento do conceito de desenvolvimento e a alienação do conceito de necessidade.

No modelo de desenvolvimento socioeconômico capitalista impera a apropriação da natureza e dominação da sociedade, a consequência é a crise que postula a necessidade de pensar uma solução, podemos pensar numa solução de poucas mudanças ou em uma verdadeira transformação transcendental paradigmática. De fato, a crise ambiental é muito maior do que parece e começa muito antes da publicação Primavera Silenciosa, de Rachel Carson, na década de 1960. Não seria imprudente apontar que a crise ambiental tem seus pressupostos na própria adjetivação de ambiental para uma crise que na verdade, é da civilização. Sobre um outro ponto de vista, divergente daquele onde a crise ambiental brota, a crise pode ser uma consequência da separação do homem da natureza, lá nos postulados da modernidade. A crise ambiental é somente mais um ponto de vista para se notar a ferida e, portanto, é mais uma concepção que nutre uma discussão dialética de suas ambigüidades.

A visão tradicional da crise é aquela que emerge da publicação de Carson, e que expõe os problemas ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento, onde a crise coloca em risco a existência humana e o modelo de produção, e cuja única alternativa parece ser dar um novo caminho ao desenvolvimento econômico. O que tem início a partir da década de 1970, onde os “dirigentes globais” começam a articular ações, inspirados na pressão da opinião pública sobre os efeitos da publicação de Carson, que desencadeia surgimento de críticas e propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento, e a evidência de que o mesmo desenvolvimento e padrão de consumo não servem para todos os indivíduos e nações.

A construção desse novo discurso desenvolvimentista deriva do Relatório Limites do Desenvolvimento, elaborado pelo *Massachusetts Institute of Technology* ao Clube de Roma. No ano de 1972, em Estocolmo, ocorre a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, enriquecendo a proposta junto ao conceito de ecodesenvolvimento. Ainda na década de 70, tem-se em evidência a crise do petróleo, em 1973, que expõe a necessidade de repensar a disponibilidade das fontes energéticas, e por consequência, a efervescência dos movimentos ambientalistas, que reafirmam a necessidade da adoção de uma nova postura de produção e consumo, que viria a ser balizado por dois outros eventos. O primeiro, no ano de 1987, quando se aponta o caminho da solução passando pela incorporação do adjetivo sustentável ao desenvolvimento, é adotado o conceito de desenvolvimento sustentável com a publicação do documento *Nosso Futuro Comum*, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela Primeira-Ministra da Noruega Gro Harlem Blundtlund, conhecido como Relatório Blundtlund. O documento aponta que o desgaste ambiental foi considerado resultado da demanda por recursos escassos e da poluição causada pelo padrão de vida dos países ricos, mas que, porém, a pobreza imprime desgastes tanto quanto a riqueza. Posteriormente, no ano de 1992 com a Cúpula da Terra, a ECO-92 no Rio de Janeiro, onde foi estipulada a Agenda 21, um conjunto de ações e metas que coloca o desenvolvimento econômico e o comprometimento ambiental caminhando juntos, rumo ao almejado desenvolvimento sustentável. É a partir de onde se propaga uma série de normalizações e receituários de educação ambiental, as empresas assumem uma postura “ambientalmente correta”, e procuram “racionalizar” suas ações, porém, dentro da racionalidade econômica. A crença na tecnologia como resposta da ciência é renovada e assim se projeta uma sociedade *high tech* “limpa” e consciente, pela harmonia com o seu ambiente. Essa é a concepção tradicional, portanto modernista, da crise ambiental.

Sobre o desenvolvimento sustentável concordamos com Shiva (1991) que nos diz que este se tornou uma ideologia, uma falsificação quando passa a propor a solução para a crise ecológica na expansão do sistema de mercado, e tal qual bem observa Leef (2001:27): *o desenvolvimento sustentável converte-se na pedra filosofal que assegura o perpetuum mobile do crescimento econômico*. Partimos assim, para uma outra concepção da crise ambiental, que

coloca o começo da crise junto aos postulados da modernidade, e se justifica no próprio adjetivo ambiental para uma crise que na verdade é uma crise civilizatória da modernidade, a separação homem-natureza ou Europa - resto do mundo.

De tal maneira em que a Terra e os demais planetas do nosso sistema solar têm seu centro de gravidade no Sol, as nações têm seu centro de gravidade na Europa e sua colônia “mais bem sucedida” – EUA, pelo menos na porção do globo terrestre que conhecemos como Ocidental, e que é um outro nome dado ao continente e suas conquistas ante o resto do mundo dito Oriental. A manutenção dos valores ocidentais desencadeia uma crise ambiental global, que tem como causa uma economia local. No entanto, a causa assume ares de solução. A versão tradicional de crise ambiental, nada mais é que esta crise sendo usada com um viés positivo pela apropriação modernista, que nutre um respaldo às soluções modernas e dá legitimidade ao modelo de produção capitalista. Parece pertinente oferecer um problema ambiental que reforce a idolatria e a crença na trindade: ciência, técnica e capital enquanto detentora de solução na continuidade de seus avanços, assim, cumpre a sociedade que tem essa trindade como seu alicerce, a nobre responsabilidade de salvar o planeta e o homem, um do outro, enquanto ambos deveriam ser salvos de um modelo econômico local, predador, alienante e excludente, que causa estragos no plano espiritual e material, que separados, por sua vez já representam uma crise sócio-ambiental global. Nesses moldes que a sociedade dominante se apropria das demais, busca resgatar conceitos e comportamentos que há muito já eram práticas nas culturas que erradicaram nas Américas ou fazem de folclore no Oriente.

Atualmente, se impõe a venda um modelo de vida europeu que passa o imaginário de uma sociedade moderna, enquanto avançada de equilíbrio e sofisticação. Talvez não tivesse tido a África, uma Europa na sua História, e o referencial de modernidade seria muito diferente, muito mais espiritual que material talvez, mas como não cabe supor o passado, sugere-se aquilo que parece evidente no presente e para o futuro, como o forjado discurso ambiental, que deturpado beira o proselitismo e desloca as atenções das causas sociais para a questão dos recursos ambientais, uma vez que mais ou menos sintetiza a idéia que os países “pobres” da economia não podem seguir os mesmos rumos de desenvolvimento dos países “ricos”, pois não há recursos para tanto. Sendo que esses recursos escassearam pelo fato de nunca terem sido abundantes ou divididos, ou mais precisamente mal administrados, monopolizados. Isso torna aparente o risco que representa que uma preocupação com os recursos parta do arcabouço de conveniências dos mesmos que comprometeram, como se necessitasse certa administração destes recursos, o que muito bem lembra o dito popular, “é como por a raposa cuidar do galinheiro”. O modelo de desenvolvimento que compromete essa distribuição é o mesmo que proporcionou a riqueza aos que o tem. Essa distribuição “igualitária” não será facilmente erradicada, pelo menos enquanto houver uma crise social que põe em xeque padrões de consumo de coisas supérfluas e que não são possíveis de serem consumidas pela grande parte da população mundial. Enquanto o que conhecemos por “avanços tecnológicos” for parte da composição de um jogo “democrático” de uma parcela da população que queira ditar as regras de produção e consumo, mesmo que o mais nocivo que temos nessa realidade, é genuinamente oriundo desses mesmos atores que tem seu patrocínio pela segregação do acesso aos recursos, até mesmo em termos de necessidades vitais, como exemplo da alimentação e dos processos de desenvolvimento e distribuição de medicamentos.

Isso nos evidencia que na modernidade essa crise ambiental sempre existiu, tendo seu início desde a separação do ambiental, a apropriação da natureza transformando-a em recurso, dos animais - e aí incluída a nossa espécie – a àquilo que a natureza oculta em suas conexões. *O grande erro da modernidade é não ter atendido a questão dos limites “na exploração dos recursos, na modificação dos ciclos da natureza, na obtenção e consumo da energia, na acumulação de impactos negativos e resíduos, etc”, também aos limites que impõe uma ética que se faz perguntas sobre os fins e os meios que se utilizam para o desenvolvimento.* Shiva

(2003:5). Um contexto muito pertinente, que mais ou menos sintetiza os exageros da modernidade, é apontado por Novo (2006:73) que nos diz que o *a descoberta maior do conhecimento do século XX é precisamente o conhecimento dos limites do conhecimento*.

Podemos citar um exemplo insatisfatório do modelo de desenvolvimento da economia capitalista é na questão da produção de alimentos. Atualmente, nos países “pobres”, inseridos na ordem econômica mundial, ocorrem disparidades em seus processos agrícolas, ao incidir no problema da estrutura agrária herdada, relativa ao tamanho das propriedades, a dimensão das terras e a função de seu uso. A concentração fundiária pode ser explicada pela forma de ocupação e divisão de terras no período colonial, e as repartições posteriores. Por outro lado, a manutenção dessa situação pode ser explicada, sobretudo, em países que foram colônias de exploração no período do Mercantilista. O sistema econômico capitalista alimentado pela exploração agrícola Colonial, em todas suas fases de consolidação, manteve a agricultura de subsistência a margem dos benefícios, sendo eternizada a passividade exploratória. A grande propriedade, baseada na monocultura, acumulou vantagens econômicas no desenvolvimento científico e tecnológico, que promoveu a modernização da agricultura pelo uso de insumos e maquinaria, garantindo safras volumosas e poder econômico que resultaram em vantagens políticas. Os latifúndios serviram aos estados e as elites rurais como espaço de produção e reprodução de capital. Paralelamente a isto, se teve a fragilidade das estruturas dos pequenos produtores, excluídos pelas políticas de crédito rural acompanhadas em pacotes tecnológicos, destinados aos que já dispunham de condições privilegiadas e que abasteciam preferencialmente, não a mesa da massa popular, mas garantiam o processo de transformação industrial. Esse período de exclusão e de pouca atenção à produção voltada para o consumo, quer de subsistência, como de abastecimento aos mercados locais e regionais, acabou comprometendo o comércio interno e direcionando a comercialização dos produtos para o abastecimento dos centros urbanos, capazes de garantirem demanda e preço desejado. Como principais problemas visíveis do processo, além dos conflitos por terra e do uso imprudente dos recursos, foi a substituição do homem do campo pela mecanização, promotora do êxodo rural em direção as cidades, que não dispunham de estrutura física, social e econômica, para atender e absorver essa população que buscava novas formas de vida, através do trabalho junto as indústrias, que não os absorveram. *A destruição da cultura seguiu-se a desestruturação modernista. Hoje a juventude da colônia abandona o campo. A medida que os velhos desaparecem, perde-se a tradição e esvai-se a sabedoria ecológica acumulada em mais de cem anos.* (Lutzenberger, 2006:94). O resultado consistiu na formação de uma massa populacional excluída e cada vez mais crescente, nas periferias urbanas.

As indústrias nem sempre estiveram localizadas junto às áreas de produção da matéria-prima e as que se transferiram para junto das áreas rurais não foram capazes de absorver nem a metade dos excluídos do campo, alegando despreparo do trabalhador, dando surgimento ao desemprego funcional. As indústrias localizadas em países compradores de matérias-primas promoveram em países de periferia inúmeras distorções nos setores de sua sociedade, resultando na falta de benefício social local. Permitindo entender que a exportação de matéria-prima leva consigo postos de trabalho, pois impõe a concorrência com o empreendedor local, além de que, o desprovimento industrial gera aquisição por importação de produtos transformados e o repasse dos lucros sociais e econômicos aos importadores.

Esse cenário pode ser caricaturado na Revolução Verde, que segundo Hobsbawm (2007) é a introdução sistemática de técnicas agrícolas de alta produtividade nos países do terceiro mundo. Porém o que dava a entender que seria uma alternativa para sanar a problemática da fome, na verdade visava geração de matéria prima industrial, pelo uso dos recursos da terra dos pobres para ricos plantarem, para alimentar os países desenvolvidos, a elevados “custos” ambientais, o que acabou agravando o problema da fome que se alargou junto com outros problemas sociais e ambientais. *Como nossas vidas são totalmente urbanas,*

a democracia assegura a eleição de governos fora de sintonia com o mundo natural. (Lovelock, 2006:105).

Tornou-se evidente que a política agrícola global expõe esta série de contradições e torna evidente que se tanto os ricos como os pobres são culpados pelo desgaste ambiental, os ricos são os verdadeiros culpados pela existência dos pobres, e nos permite afirmar que o modelo de desenvolvimento tem comprometimento meramente econômico e nada social ou ambiental. O uso da técnica excessiva com um pretexto social, a negligência ambiental, satisfação da indústria, agravamento da crise, social, catástrofes ambientais, são o que mostram que de fato existe uma crise ambiental, uma crise ambiental causada pela crise do modelo de desenvolvimento em sua apropriação do planeta.

O planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico-científicas, em contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos que, se não forem remediados, no limite, ameaçam a implantação da vida em superfície. Paralelamente a tais perturbações, os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração. (GUATTARI, 1990:7)

Esse modelo tende atribuir valores monetários à natureza, excluindo a maioria da população do planeta, cria conceitos de escassez de recursos que limitam a acessibilidade das pessoas, porém, se analisarmos uma necessidade básica do ser humano que é a alimentação, é de conhecimento geral que se acumulam cada vez mais alimentos nos estoques do planeta, o que não impede a fome prevalecer como a maior das mazelas sociais e ambientais.

O que deve ser colocado em questão não é apenas a distribuição daquilo que a humanidade já produz. É também a modificação da própria maneira de se produzir, da idéia de riqueza e conforto. O padrão de consumo de nossa civilização é incompatível com a justiça social. Só pode haver tanto desperdício num mundo fundamentado na desigualdade. É preciso um novo modelo de civilização para destinar o alimento à satisfação das necessidades dos homens e não da fome insaciável de lucros e de dominação dos poderosos. (ABRAMOVAY, 1991: 114)

Como nos explica Josué de Castro, em ensaio de 1968, sobre a fome enquanto desequilíbrio entre as necessidades alimentares da humanidade em expansão e as suas disponibilidades de alimentos. Expõe que o desenvolvimento econômico social e da fome processou a explosão demográfica como expressão biológica de um fenômeno econômico – o subdesenvolvimento. Na medida em que, na primeira metade do século XX, os recursos da medicina reduziram a mortalidade e elevaram a expectativa de vida, crianças que antes nasciam condenadas, começaram a “sobreviver” garantindo algumas mínimas décadas de vida. A explicação das altas taxas de natalidade nos países chamados de subdesenvolvidos pelo autor, se dá *a priori* nos grupos famintos, constituindo a base de um princípio de biologia – a teleonomia – que é a propriedade de “todos sistemas vivos” desempenharem suas funções num ritmo e dinâmica que favoreçam ao máximo a sobrevivência do indivíduo e sobretudo da espécie. Assim a explosão demográfica é consequência que têm na fome sua maior causa, em contrapartida à teoria malthusiana de Robert Thomas Malthus onde este coloca o problema da fome na produção, o que na verdade está na acessibilidade aos alimentos.

A fome já existia em massa antes do fenômeno do pós guerra, apenas esta fome, que dizimava as populações no terceiro mundo, era escamoteada, era abafada, era escondida. (...) A verdade é que não se pode atribuir à superpopulação a existência da fome nos nossos dias quando se sabe que não são os países mais densamente povoados que passam fome. (...) A fome é, regra geral, o produto das estruturas econômicas defeituosas e não de condições naturais insuperáveis. Justificar a fome do mundo como fenômeno natural é ocultar suas verdadeiras causas que foram, no passado, o tipo de exploração colonial, e no presente, o neocolonialismo econômico a que estão submetidos os países de economia primária, dependentes, subdesenvolvidos, que são também países de fome. (CASTRO, 1968, p 47-51)

Leis e Viola (1990) consideram que o crescimento da população empobrece o planeta, onde somos incapazes de alimentar todo o contingente, além da explosão numérica é o consumismo, onde um quinto da população da terra desfruta de um estilo de vida desproporcional ao ecossistema planetário. Outro quinto da população tem um consumo moderado, suficiente para a satisfação das necessidades materiais básicas, sem consumo supérfluo. Finalmente 3/5 da humanidade não consegue satisfazer suas necessidades materiais básicas vivendo na miséria. Contudo a situação piora quando se percebe que parte importante dessa população aspira atingir o nível de consumo do quinto privilegiado, através da mundialização da informação, a comunicação em massas. Essa realidade é a base do consumismo (eixo da concepção materialista da vida) marcado pelo consumo progressivo e acumulação de bens materiais, fruto das ideologias capitalistas. (VIOLA, 1987)

Concluí-se este capítulo com a afirmativa de que a grande crise consiste em termos certeza que nem tudo tem valores monetários como bem coloca Alier (2007:209): *Como calcular indenizações a serem pagas em dólares pelos danos ocasionados*, pela Mineração, fontes de energia, petróleo, gás, agricultura, biopirataria, recursos locais a serviço do global. Em desfecho, concordando com Novo (2006:91) que *para transcender a atual crise “ambiental” é imprescindível portanto a adoção de novas posturas diante da natureza e das relações humanas, de novos comportamentos e valores.*

Existe solução? Construindo a desconstrução

Se uma solução pressupõe um problema, neste caso, para qual problema a educação ambiental e a sustentabilidade consistem em solução? Esta dúvida é o que permeia este trabalho, pois nos sugere a existência de uma dualidade no esclarecimento do que possa ser o problema. Acredita-se que a educação ambiental enquanto solução do problema ambiental, do desenvolvimento, poderá agravar o problema por perpetuar o modelo de desenvolvimento. Porém, observada enquanto um problema ao problema, que é o desenvolvimento, assume um verdadeiro caráter de solução. Essa barreira de linguagem pode ser mais bem esclarecida passando pela educação.

A exposição das idéias nos capítulos anteriores visualiza na crise ambiental uma crise das relações humanas da sociedade nos moldes modernistas. A resposta modernista para tal “crise”, muito mais se aproxima da tentativa de alcançar uma solução para o modelo de desenvolvimento das relações econômicas do que reconstruir relações sociais mais justas e menos danosas para a vida. Acompanhamos um modelo de desenvolvimento em manutenção através da superação de uma suposta crise ambiental. A educação ambiental nesse sentido é mais problema do que solução, pela própria necessidade do adjetivo ambiental dado a educação. *O surgimento de uma educação ambiental pressupõe o reconhecimento de que a educação tradicional não tem sido ambiental.* (Brugger, 1994:8). O adjetivo ambiental mostra que na educação, o ambiental é mais um de seus fragmentos. Revela somente o sintoma que a sociedade esta separada do ambiente e que a educação ambiental é parte dos meios de alcance da sustentabilidade. *Assim como a nossa sociedade é “não ambiental”, a educação tradicional, igualmente “não ambiental” não poderá incorporar esse adjetivo sem passar ela própria por profundos questionamentos acerca dos valores.* Brugger (1994:108).

Se educação ambiental e sustentabilidade permanecerem restritos enquanto duas soluções que tem respectivos problemas, como parte de um problema maior – a crise ambiental, a educação ambiental assume caráter instrumental como mecanismo de minimizar ou ocultar uma realidade de um sistema de pensamento, que rege um modelo de desenvolvimento incompatível com as necessidades sociais. A educação ambiental não passaria de uma doutrinação escolar dada a essa sustentabilidade.

Dependendo das leituras de desenvolvimento sustentável que se possam fazer a “educação ambiental” torna-se realmente uma necessidade de mercado e, com isso, adestramento. O currículo oculto da chamada educação ambiental, tal como concebida em muitos casos, promete ser implacável em seu caráter instrumental. Promete ser muito mais adestramento do que educação e poderá resultar em um acirramento ainda maior das desigualdades sociais. (...) O ensino técnico destinado tradicionalmente às classes trabalhadoras tem na verdade contribuído para a permanência das desigualdades sociais, pois reproduz a divisão da sociedade em classes. (...) Os diferentes interesses “ambientais” que separam as elites das classes trabalhadoras separam também os países do primeiro mundo dos países em “desenvolvimento”. (...) Isso reforça a idéia de que essa “educação” possa esconder um motivo escuso. (BRUGGER, 1994:101).

Outra perspectiva surge da relação entre educação, o ambiental, e a sustentabilidade, como soluções complementares na solução do problema maior, que é a transformação dos padrões de saber e fazer da sociedade. A educação ambiental e a sustentabilidade enquanto soluções de um mesmo problema deixam de ser um meio e se tornam um fim. A educação ambiental enquanto um fim representa uma renovação no sistema educacional da sociedade. Somente essa nova forma de entender o mundo originará práticas complementares no estabelecimento de relações pautadas na justiça de conviver e individualmente vivenciar-se no coletivo, que poderão conduzir como consequência maior essa sustentabilidade almejada. Quando as pessoas e as comunidades possuírem autonomia de construir seu próprio modelo de harmonização com o seu ambiente, talvez possam novamente, tornarem-se parte dele. Essa renovação começa na educação, e entender a educação ambiental enquanto uma mudança de paradigma de pensamento é confiar na educação como uma verdadeira solução, pois representa um fim, e não um meio de perpetuar algum pensamento dominante.

A educação é um processo contínuo e complexo que envolve o esclarecimento da necessidade de transformação e conduz a essência da liberdade nos indivíduos, uma vez que o conflito das possibilidades é aceito e encarado como propulsor das relações sociais e naturais. A educação adestradora é alicerçada em visões consensuais e, portanto, sem valores epistemológicos. No âmbito da educação ambiental essa ausência à torna um poderoso instrumento de luta pela hegemonia e é obsoleta em sua gênese. A educação em contraste com o adestramento pressupõe na dialética do conflito, sua mola propulsora. (BRUGGER, 1994)

A educação é pautada em duas, a formal, da escola e da ciência, e a informal, aquela do convívio de saberes e legados populares. *Na formação escolar e, mais ainda, a universitária nos ensina a separar os objetos de seu contexto, as disciplinas umas das outras para não ter que relacioná-las. Essa separação e fragmentação das disciplinas são incapazes de captar “o que está tecido em conjunto”, isto é, o complexo, segundo o sentido original do termo.* Morin (2007:18). Por outro lado, os saberes populares, aqueles que respondem as reais peculiaridades de onde se propagam, são genuínos e guardam todas suas originalidades no desprovimento de normalização de sua sistematicidade e a aceitação pertinente da coexistência da pluralidade, quando comparado aos objetivos da educação formal.

A falta de comunicação entre as duas culturas acarreta graves consequências para ambas. A cultura humanista revitaliza as obras do passado, a cultura científica valoriza apenas aquelas adquiridas no presente. A primeira coloca problemas humanos fundamentais e incita a reflexão, a segunda suscita um pensamento consagrado à teoria, mas não uma reflexão sobre o destino humano e sobre o futuro da própria ciência. (MORIN, 2007:19)

A educação ambiental ratifica esse pensamento, uma vez que no diálogo entre saberes que propõe, a cultura cientificista desvirtua os saberes populares ao absorvê-los, além de impregná-los com suas imposições normativas preestabelecidas, desmerecendo ou ofuscando as espontaneidades. Os saberes populares são credenciados a tramitar em um inventário que fornece um elenco de formulários a se preencher, conforme for o rol de interesses de quem o considere aproveitável. Não são íntegros, tornam-se garimpáveis.

A educação deve pertencer ao domínio do pensamento crítico, deveria proporcionar os meios básicos para tornar os alunos capazes de distinguir o conteúdo dos diversos discursos, independentemente das formas que possam se apresentar. (...) A cultura cientificista invalida outras formas de saber e ao fazê-lo, se torna adestradora (...) desqualifica outras formas de saber, seja por ignorá-las ou rotular de “primitivo ou atrasado” o que é na maioria das vezes apenas diferente. (BRUGGER, 1994:87-88).

De forma categórica observa Vandana Shiva (2003) que os sistemas de saber ocidental são considerados universais, porém são sistemas locais. São apenas versões globalizadas de uma cultura local dominadora e colonizadora, assim os próprios sistemas modernos de saber são os colonizadores. Essa dicotomia universal/local é desvirtuada por meio da colonização intelectual. Porém esse rótulo de universal para o sistema de saber científico tem muito mais a ver com poder do que com o saber, propriamente. O Poder com o qual o saber dominante subjugou os demais, o torna antidemocrático. A passagem da globalização para o saber local é que garante a liberdade e a autenticidade das formas de pensamento.

A educação ambiental tal qual é proposta se limita a dar uma conscientização ambiental, mas fundamentada sobre um conceito de ambiental desproporcional e caduco, o que a torna uma tentativa fajuta de ensinar a agir sustentavelmente, o que é impossível, pois ela ensina uma sustentabilidade que responde a um modelo de desenvolvimento que tem na essência ambiental sua contramão. A educação tem seu papel desvirtuado pela sociedade nos moldes capitalistas, a educação tradicional moderna passa a responder pelas necessidades da modernidade. A educação tradicional coloca a educação ambiental como mais um mecanismo contemplador desta função, técnica, acumulativa, normalizada. Uma educação ambiental verdadeira é aquela em que muito mais que a consciência, a valorização do ambiental seja intrínseca enquanto um fim, que não carece somente do esclarecimento do significado de ambiente, mas também, que esse processo esteja incorporado na reconstrução da educação.

Essa reconstrução da educação, que incorpora intrinsecamente o ambiental, terá um resultado espontâneo de desenvolvimento sustentável. A educação ambiental tal qual o desenvolvimento sustentável poderá sim, servir de concepções de base para uma verdadeira transformação social sem precedentes. Na medida em que prática e conceito se construirão juntos e possam se fundir enquanto sinônimos, os adjetivos que recebem não mais serão necessários, a educação tal qual o desenvolvimento terá incorporado o ambiental e a sustentabilidade, respectivamente, no âmago de suas espontaneidades. Educação e desenvolvimento não serão metas a cumprir, mas por excelência, uma nova dimensão da complexidade da vida e do pensamento.

Algumas referências para esse novo caminho estão sendo delineadas em termos teóricos, porém é, sobretudo, importante a conscientização do papel da prática político ideológico de não aceitar a realidade, e ir à busca das transformações, pois é de onde parte a reflexão sobre a prática, e *a reflexão crítica sobre a prática se tornou uma exigência da reflexão Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando “blábláblá” e a prática, ativismo.* (Freire,1996:22). Desta forma, persiste a resistência a tudo aquilo que coroa o modelo de desenvolvimento que, de perspectiva mecanicista cartesiano-newtoniana e, abastecido na linearidade positivista, determinou o que fundamenta a concepção eurocentrista da realidade, com a perpetuação dos dominadores nesta condição. Assim, aqueles que se opõem à visão unilateral, são considerados utópicos, rebeldes, e o ato revolucionário torna-se contravenção, pois abala os alicerces instaurados daqueles que detêm o poder.

Nesta esfera de reflexão a sociedade é entendida, a priori, pelo resultado do processo de acumulação de vivências e experiências, sobretudo, aquelas contextualizadas pela História. Esse registro se dá calcado nas causas que levaram os fatos que engendraram mudanças, e essas mudanças por sua vez, representam toda mobilidade e dinamismo das sociedades, no

entanto, apresentam dois lados: servem tanto à adaptação social do modelo de produção e, portanto, têm maior representatividade nos planos, econômico, político e cultural, do que propriamente no panorama histórico, quanto às mudanças que atacam essa estática. As verdadeiras mudanças são aquelas que contrariam essa ordem natural, as mudanças de ordem mais significativas, são aquelas dadas no plano ideológico.

Nesse sentido, torna-se tão impossível deixar de assumir e, portanto, tanto quanto necessário, uma postura ideológica. Se tudo é parcial, relativo, acaba por residir na verdade de que contribuem na construção do conhecimento, no sentido de se fazerem perceber as ideologias variadas. Assim transparece aquilo que a ciência tradicional, criando respostas para suas próprias perguntas, na tentativa de esconder as cargas ideológicas, assumiu a negação daquelas práticas sociais de saber popular em vias de garantir o poder de manipulá-las. O fato é que muito mais que em outros tempos nossas ações são impregnadas de atos políticos que por vezes se contradizem. Essas contradições constantes, que emergem da reflexão teórico-prática, acabam por gerar atos pautados na resignação excessiva para causas de importância além de nossos frágeis imaginários, de padrões de pensamento superficiais.

Sobre tal, convém apoiar-se nas idéias de Leff (2001:28), onde *a resistência a globalização implica a necessidade de desativar o poder de simulação e perversão das estratégias desta nova ordem econômica. Para isto é necessário construir uma racionalidade social e produtiva que, reconhecendo o limite como condições de sustentabilidade, funde a produção nos potenciais da natureza e da cultura*. Assim devemos ter a consciência que a construção é coletiva e os super-heróis são coisas da modernidade.

Será preciso muito tempo, debates, combates, esforços para dar forma a revolução que começa a se efetivar aqui e ali na desordem. Poder-se-ia acreditar que não há nenhuma relação entre este problema e a política de um governo. O desafio da complexidade do mundo contemporâneo constitui um problema-chave do pensamento e da ação política. (MORIN, 2007:76).

A tentativa de um novo paradigma emerge dentre outros com Capra (2006b) que sugere três mudanças necessárias na sociedade: mudança de fontes de energia; a organização social patriarcal e; a mudança de paradigma de pensamento, que foi trabalhado ao longo deste texto. Como sabemos que o modelo de sociedade é regido pelo modo de pensamento, *quaisquer reformas educativas mantidas exclusivamente no âmbito do paradigma cartesiano não serão capazes de fazer com que a educação se torne ambiental, pois permanecerão sobre as mesmas bases filosóficas que, em grande parte, propiciou o que chamamos de crise ambiental*. Brugger (1994:95). Para essa nova forma de pensamento de uma união de concepção do pensamento modernista, de idéias derivadas da teoria geral dos sistemas e de princípios de biologia e ecologia, Capra busca nas ciências naturais um resgate de valores e percepções orientais. *A natureza demonstra que os sistemas sustentáveis são possíveis. O melhor da ciência moderna está nos ensinado a reconhecer os processos pela qual esses sistemas se mantêm*. Capra (2006c:57)

Uma vez que os sistemas vivos são não lineares e estão baseados em padrões de relacionamento, para entender os princípios da ecologia é preciso uma nova maneira de ver o mundo e de pensar – em termos de relações, conexões e contexto – o que contraria os princípios da ciência e da educação tradicionais do ocidente. Essa forma de pensar “contextual ou sistêmica” envolve várias mudanças de ponto de vista. (CAPRA, 2006b:48)

Não obstante, a pauta não é ponto de vista no coletivo, mas coerência no agir coletivamente, o que mais ou menos reflete as críticas para essa tentativa de trazer as concepções das filosofias e saberes orientais para o mundo capitalista que sempre o rejeitou, tal qual Lovelock (2006), um ambientalista que defende o uso continuado da tecnologia, uma vez que quem deve ser salvo não é o planeta, mas a existência humana no planeta, o que é

bem verdade, porém garantir essa existência a custo da tecnologia é comprometer a resolução de causas sociais que não podem mais esperar, como os famintos e convalescentes dos países “pobres” sem perspectivas. As idéias de educação ecológica muito se assemelham aquelas recomendadas para “políticos” e sociólogos por Lutzenberger (2006:116) para que se *aprofundem no estudo da Ecologia e examinem detidamente o funcionamento dos sistemas naturais intactos, enquanto os houver. Ali não existem estruturas de poder central, hegemonias, dominação. Progresso ali é esmero equilíbrio.*

Refletindo junto com Paulo Freire (1996) sobre as exigências da prática educativa, podemos pensar cada uma delas tendo como exemplo a questão ambiental no âmbito da educação. Procurou-se destacar seis exigências: de que educação exige reflexão crítica sobre a prática; reconhecimento e assunção da identidade cultural e consciência do inacabado. A convicção que a mudança é possível; compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo; e reconhecer que a educação é ideológica.

Ideal seria uma sociedade sem governo, sem polícia, uma sociedade autogovernada, onde cada indivíduo se comportasse de acordo com o bem comum. Esta é a situação dos remanescentes intactos de tribos indígenas e essa parece ter sido a situação normal do homem durante a idade da pedra, nas comunidades caçadoras e coletoras. Isto é, durante mais de dois milhões de anos, pelo menos 99,5% de nossa história. (...) o problema central de toda a sociedade humana é como conseguir o controle efetivo do poder, como evitar a sua usurpação. É certo que, dentro de certa medida, o poder é um mal necessário. Mas devemos sempre colocar a ênfase no mal, não no necessário. (LUTZENBERGER, 2006:114)

Torna-se difícil limitar a criatividade e inventividade humana uma vez que pensamos nas conquistas das ciências desde a microbiologia à engenharia aeronáutica, entretanto, não foram erradicadas ainda necessidades básicas dos seres humanos, tal qual é a fome e a acessibilidade aos recursos necessários à vida, como os alimentícios. Por que existe fome no mundo mesmo sejamos capazes de ir ao espaço? A resposta pode estar em perceber que há alguma injustiça nessa conjectura. *A moderna sociedade industrial parece ter uma imaginação ilimitada quando se trata de destruir, lesar, degradar vida, mas ela demonstra total insensibilidade e imbecilidade diante da tarefa de refazer, reconstruir, valorizar vida.* Lutzenberger (2006:103) Talvez os motivos das limitações que não permitem sanar a fome sejam os mesmos que permitem que o homem viaje ao espaço ou ao “interior de uma célula”.

Talvez seja o aprisionamento do homem a um modelo de pensamento que idolatra os resultados materiais, no sentido de visíveis e controláveis, e tenta manter esse mesmo controle pelo que supõe ser material, no plano das idéias, que torna de fácil esquecimento que a vida é espontânea e o futuro não é uma meta a ser alcançada, mas um conjunto de incertezas e possibilidades que dá sentido a não se prender em nenhum vício consagrado de pensamento.

Na esfera da Geografia, resgatamos Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro que nos sentencia: “Por mais complexa que possam ser as relações dessa humanidade conturbada com o seu planeta em via de deterioração não será possível atingir um conhecimento geográfico apenas no econômico, por mais determinante do social que ele seja”.

Considerações

Podemos apontar na relação Educação Ambiental e Sustentabilidade duas perspectivas. Por um lado, são vistas como um meio, como ferramenta da modernidade para perpetuar seu modelo de desenvolvimento social baseado na economia. Por outro lado, vemos nessa relação um ponto de convergência favorável ao pensamento crítico, que procure amparar as contradições do saber-fazer universalizado, ou seja, que podem contemplar a necessidade não de renovar, mas de transformar nossas formas de pensamento de maneira que se propague um desenvolvimento social baseado na harmonia com a natureza.

A relação da educação ambiental com a sustentabilidade como um fim, poderá proporcionar uma mudança de paradigma onde as relações sociais tornar-se-ão parte da natureza. Por nascerem no seio da sociedade como resultado de múltiplas implicações - culturais, políticas, econômicas – a educação ambiental e a sustentabilidade fornecem reflexões de caráter educativo, principalmente no que tange ao contexto ideológico, pois proporciona que se torne evidente a necessidade de relacioná-las de forma pedagógica e fornecer bases para a possível compreensão da totalidade dessa relação.

Um componente didático e pedagógico a que cumprem intrinsecamente dentro da construção desse discurso, é proporcionar essas condições para que as pessoas compreendam a realidade não apenas na prerrogativa de um ou de diversos enfoques, mas tornem-se capazes de discerni-los enquanto parte de um conjunto de valores, e aí, o termo valor conota atribuições (ideológicas, éticas, morais, políticas, econômicas, ambientais, culturais, etc).

Nesse contexto, se amplia a nossa percepção da dimensão das relações entre educação ambiental e sustentabilidade enquanto compreendidas na sua essência de prática político-ideológica, e ressalta a continuidade do relato da História por aquilo que lhe dá maior dinamismo, o que Marx reconheceu como a luta de classes. É preciso que se ponha em evidência o que nutre as desigualdades e injustiças na sociedade, o que se concentra no âmago da irresponsabilidade de seguir um caminho em que os recursos do planeta demonstram que a sociedade planetária não poderá alcançar nenhum cenário otimista, sem que seja endereçado um novo sentido ao conceito de recursos, onde não sejam sociedades recursos umas das outras e se priorize a racionalidade no uso das forças de trabalho com os limites da natureza.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **O que é fome**. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- BERMAN, M. **Tudo que é solido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- BLAKE, W. **O casamento do céu e do inferno e outros escritos**. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- BRUGGER, p. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis : Letras Contemporâneas, 1994.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CAPRA, F. **Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006
- CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. Cultrix: São Paulo, 2006.
- CAPRA, F. **O Tao da física: um paralelo entre física moderna e o misticismo oriental**. São Paulo: Cultrix, 2004.
- CASTRO, Josué. A explosão demográfica e a fome no mundo. Publicado originalmente em 1968. In: CASTRO, Anna M. (org.). **Fome: um tema proibido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.
- HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos: O breve século XX. 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 5ª ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- LEIS, Hector R.; VIOLA, Eduardo J. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: **Lua Nova**. São Paulo, 1990. n° 20.
- LOVELOCK, James. **A vingança de Gaia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.
- LUTZENBERGER, J. **Manual de Ecologia: do jardim ao poder: vol. I**. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- MONTEIRO, C. A. de F. Geografia e Ambiente. In: **Orientação**. São Paulo: USP, Instituto de Geografia, 1984.
- MORIN, **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2007.
- NOVO, M. **El desarrollo sostenible. Su dimensão ambiental y educativa**. Madrid: Prentice Hall, 2006.
- SHIVA, V. **Dos novos limites às políticas ambientais**. Rede de defesa de Espécie Humana, 1991.
- SHIVA, V. **Monoculturas da Mente**. São Paulo: Gaia, 2003.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- VIOLA, Eduardo J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: FFLHC-USP, 1987. vol.1, n° 3.